

VIII Recenseamento Geral Proclamação do Presidente Médici

Em ato solene, foram iniciados no dia 1.º de setembro, em todo o país, os trabalhos do VIII Recenseamento Geral, com o lançamento do Censo Demográfico, que se verificou no Palácio das Laranjeiras, na Guanabara. O Presidente Garrastazu Médici, na ocasião, fez o seguinte pronunciamento sobre a importância excepcional do levantamento, a cargo da Fundação IBGE:

“Nesta manhã em que os responsáveis pela realização do Oitavo Recenseamento Geral do Brasil cumprem o ato formal de declará-lo iniciado, com a busca dos números do Presidente da República como homem comum, julguei de meu dever estar eu também na casa de cada um, para juntos entendermos a significação deste comêço.

Se aqui estou, emocionado e consciente do papel que me cabe como número um desta contagem, é que sinto a significação deste ato, comparável mesmo a outros raros momentos que consignam a vida de todos nós — como o registro de nascimento, o alistamento militar, o alistamento eleitoral e o registro de casamento — dados de nossa existência que se fazem parcelas vivas e quantificantes deste país.

Depois de mim todos serão buscados, e é preciso que cada um se tenha um traço do grande retrato do Brasil que começamos nesta manhã a levantar. E depende da verdade de cada um, e depende de todos nós que esse retrato se revele nítido, e não seja a imagem aproximada ou retocada, mas o retrato da verdade do Brasil nestes começos dos anos 70.

Trago uma palavra a todos quantos, brasileiros ou estrangeiros que escolheram o Brasil para nêles construir sua vida, se fazem construtores deste país e participantes da grande operação censitária que aqui vem vindo para dimensionar nosso esforço global nestas horas de construção.

Trago uma palavra ao cidadão comum que, dentro em breve, abrirá sua porta ao Agente Recenseador do IBGE, para que sinta que acolhê-lo, em sua compreensão, sua verdade, seu valor real, longe de ser gentileza, préstimo ou concessão, é um dever cívico da responsabilidade mais profunda.

Se bem cumprido esse dever, nosso censo demográfico revelará por inteiro o poderio de nossos recursos humanos, diversificado pela idade e pelo sexo, pelo nível educacional e pela profissão,

pela distribuição geográfica e pela significação econômica.

Se bem cumprido êsse dever, conheceremos tôdas as excelências dêsses recursos e mediremos a verdade dos paradoxos e descompassos da ascensão; das desigualdades sociais e do ritmo do nosso crescimento; dos desequilíbrios regionais e das migrações; dos processos de desruralização e de urbanização; dos contrastes de poder aquisitivo; das concentrações e dos vazios que fazem o mapa dos homens e das terras dêste país. E estou certo de que as coordenadas de grandezas e vulnerabilidades dêsse mapa nos ajudarão a fazer mais viáveis os projetos e mais firmes os nossos rumos.

Trago uma palavra a cada empresário e a tôda empresa no sentido de que, nesta hora de total apoio à iniciativa privada e de generalizada consciência da integração social, a todos nós sômente servem o dado certo, a medida exata, o resultado autêntico, o número fiel.

Se bem cumprido êsse dever, teremos bem válida, ao alcance de nossa mão, essa ferramenta de medir futuro, que são os dados fidedignos dos censos industrial, comercial, agrícola e dos serviços, sem aos quais sofre o projeto o risco de ser sonho e a empreitada, uma aventura. E forçoso é proclamar que, capitães de empresas ou de governo, nenhum de nós pode prescindir de dados assim fidedignos, indispensáveis ao Brasil amadurecido em que vivemos, para que se lhes prospectem as realidades de hoje e se projetem as perspectivas do seu amanhã.

Trago uma palavra especial ao Agente Recenseador hoje iniciando sua peregrinação em demanda da realidade, e em cujas mãos não se confiam simples formulários a preencher, mas fórmulas mais prestantes de servirem a seu país, nesta hora de mensurar para construir.

Se bem cumprido êsse dever, a Nação receberá, do recenseador anônimo, nomes e medidas do que somos e do que temos; a composição setorial da produção, o nível justo de participação da agricultura, da indústria e do setor

terciário na formação da riqueza, e o nosso grau de integração nacional.

Minha palavra, outra vez e finalmente, a todos os homens de meu país, na hora do primeiro passo do Oitavo Recenseamento Geral do Brasil, neste censo de 70, para lembrar que a colaboração de todos é indispensável ao êxito dêste projeto, que reconheço o alicerce dos projetos do futuro e o farol dos projetos em caminho.

Quero lembrar ao povo que a garantia da boa execução de programas, como o programa de Integração Nacional e o programa de Integração Social, exige que se troque o retrato aproximado que hoje temos do Brasil de 1970, por um retrato de corpo inteiro. Com o aperfeiçoamento obtido e a obter-se no sistema estatístico nacional, êsse retrato poderá permanecer atualizado ao longo da próxima década, por intermédio do plano nacional de estatísticas básicas, para que não tenhamos de esperar dez outros anos para ver como caminha o Brasil.

E confio em Deus e no consenso dos homens do meu país que os passos e os números desta contagem, não sômente nos contem a todos — homens e coisas — mas que, sobretudo, sejam passos de mais nos aproximarem e de mais nos integrarem e nos unirem, no esforço comum de ascensão às etapas superiores do desenvolvimento e da justiça social.”

Após o pronunciamento do Senhor Presidente da República, transmitido por uma cadeia de Rádio e TV para todo o país, o Sr. João Paulo dos Reis Veloso, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, chamou a atenção para o fato singular de haver-se iniciado o Recenseamento de 70 justamente quando a nação comemorava a Semana da Pátria.

Em seguida, o Presidente da Fundação IBGE, Prof. Isaac Kerstenetzky, devidamente autorizado, coletou com o Presidente Garrastazu Médici os dados para o preenchimento do primeiro questionário.

Enquanto isso, em Brasília, o Sr. Rudolf. W. F. Wueusche, Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de

Estatística, da Fundação IBGE, recensava o Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Oswaldo Trigueiro, e o Presidente do Congresso Senador João Cleofas.

Nas demais Unidades Federadas, os primeiros entrevistados foram os Governadores e seus Secretários, ocasião em que se pronunciaram discursos de esclarecimento e incentivo à população.

Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas

O Instituto Brasileiro de Geografia, dando continuidade às pesquisas sobre o processo de regionalização do Brasil, iniciado em 1967 com a edição do trabalho "Esbôço Preliminar da Divisão do Brasil em Regiões Homogêneas", editou a obra de 564 páginas intitulada "Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas".

O antigo quadro regional do Brasil, organizado na década de 40, baseado nos aspectos das grandes unidades naturais, carecia de uma reformulação, tendo em vista a evolução da ciência geográfica e de sua metodologia e o melhor conhecimento do país, através de inúmeros estudos de campo.

O conceito de região homogênea pode ser definido tendo em vista a noção fundamental da uniformidade do espaço, baseada nas características sócio-econômicas que os dados estatísticos devem espelhar, espaços estes que deverão sofrer modificações, toda vez que alterações substanciais desta uniformidade forem afetadas pelo processo de desenvolvimento econômico. Este conceito foi determinante da Recomendação n.º 17, da I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, em que ficou estabelecido que as mencionadas modificações, em qualquer de seus níveis, só possam ser feitas nos anos terminados em milésimo oito, já que os Recenseamentos Gerais são realizados

em anos de milésimo zero, e há necessidade de se dispor, com a devida antecedência, da Divisão Regional a ser adotada, no planejamento e na realização dos trabalhos censitários.

Esta obra, que a necessidade de um adequado apoio a uma administração progressivamente planejada estava a exigir, busca um enfoque mais profundo dos aspectos sócio-econômicos da realidade brasileira, procurando contribuir para a construção, em bases seguras, do desenvolvimento nacional.

Atlas Geográfico Escolar - edição 1970

A Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) vem de reeditar o Atlas Geográfico Escolar para uso de professores e alunos procurando levar até eles os conhecimentos mais recentes.

Esta edição foi atualizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia, através do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, com apresentação de 22 novos mapas, e realização de algumas modificações que se faziam necessárias nos antigos.

Convênios com o Instituto Brasileiro de Geografia - posição e finalidades

Dentro das atividades-fins previstas nos Estatutos da Fundação IBGE, consta a realização de convênios, que vêm sendo mantidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia, geralmente com órgãos de serviços públicos federais e estaduais de planejamento e execução. Estes convênios são de três tipos: pesquisa geográfica, de execução cartográfica e de divulgação cultural.